

**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 493/2021

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Segurança Pública

**UNIDADE:** Polícia Civil do Estado de São Paulo

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de informações sobre quadro fixado de escrivão na cidade de Serrana/SP e qual é o número de cargo de escrivão na cidade de Serrana/SP. Restrição de acesso por TCI. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

**DECISÃO OGE/LAI nº 493/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Civil do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre quadro fixado de escrivão na cidade de Serrana/SP e qual é o número de cargo de escrivão na cidade de Serrana/SP.
2. Em resposta e em recurso, o órgão fundamentou a negativa para o pedido de acesso as informações pretendidas pelo interessado e esclareceu os motivos da restrição de acesso a informação, com base no artigo 23, incisos III, VII e VIII, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. No caso concreto em análise, verifica-se que o ente justificou adequadamente, ainda que extemporaneamente, a impossibilidade de disponibilizar as informações solicitadas, de acordo com o previsto no inciso III do artigo 30 do Decreto nº 58.052, 16 de maio de 2012 e nas disposições do Decreto nº 61.836, de 18 de fevereiro de 2016, que trata da classificação de documento, dado ou informação sigilosa e pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, para fins de que trata a citada Lei federal nº 12.527/2011.
4. Considerando que o ente indicou as razões para a negativa de acesso pretendido pelo interessado, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da mesma Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do citado Decreto nº 58.052/2012.

*Classif. documental*

006.03.02.001



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 28 de dezembro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado